

O símbolo de Curupu

O incidente em que se envolveu o presidente José Sarney — relatado pelo governador do Maranhão — simboliza o que vai pelo Brasil. O episódio resume-se simplesmente a isto: um belo dia, o presidente da República, de férias no Maranhão, saiu a passear de lancha mar adentro. A certa altura, perdeu-se o controle do leme; apenas depois de algumas peripécias, em que a hélice do motor serviu de leme, foi possível ao chefe de Estado chegar onde a água dava pé, assim mesmo sendo forçado a caminhar 500 metros com lama até os joelhos. Os pescadores, que viram a lancha à deriva e os acenos de socorro, nada puderam fazer, pois a ilha estava cercada e temiam adentrar na área protegida. O rádio de bordo foi absolutamente inútil, pois aquele instalado na ilha de Curupu estava desligado. Por pouco a lancha não foi levada para alto-mar.

A lancha simboliza o Brasil neste final de ano, tão melancólico e sem esperanças como foi o Natal. Não é para o simbolismo dela, isoladamente, que devemos atentar, mas para o de todo o episódio: o chefe de Estado que sai ao mar sem lanha de escolta; um sistema de segurança que é a um tempo severo, a ponto de afastar pescadores que poderiam ter prestado socorro, e insuficiente, por manter o rádio desligado. O presidente da República que deve improvisar um rudimentar sistema de navegação para poder chegar a um ponto em que pode mergulhar na lama até os joelhos e dali abrir água até a praia. O sigilo que recobriu o episódio e depois sua revelação, feita sem que nada a tivesse provocado, quando melhor teria sido manter-se o silêncio mais absoluto sobre o assunto. Nesses fatos, resume-se a tragédia brasileira: um chefe de Estado que não tem quem o assessorre e cerque dos cuidados indispensáveis a que se preserve não a pessoa física do presidente, mas a figura de quem exerce a função; um presidente da República que se vendo à deriva, busca apoio na opinião pública, que dele se afasta por saber que está cercado de marimbondos e dos amigos da *copa e da cozinha*; um sistema de comunicações entre a Presidência e o povo que não funciona, pois o povo desligou seu receptor, descrente que está das palavras que vêm do Planalto.

Essa situação em que os demônios da solidão puderam realizar seu trabalho não se criou por obra da imprensa, nem por ação de inimigos. Ela surgiu de dentro do Planalto e, a bem da verdade, deve dizer-se que houve grande intervalo entre o momento em que a Nação recebeu os primeiros

sinais de que o barco presidencial estava à deriva e a disposição dela a aceitar impassível essa realidade dramática. O isolamento em que o presidente da República se fechou — cercado de alguns poucos amigos, que tudo fizeram para justificar o apoio de "amigos do rei" — facilitou aos demônios da solidão realizar sua tarefa: a euforia do Plano Cruzado foi a círcula que, gota a gota, fizeram o chefe de governo sorver, imaginando ser suave néctar. Era de fato uma poção mágica, que além de debilitar as resistências orgânicas e permitir o advento mais rápido da Parca, dava a quem a sorvia firme convicção íntima de que os que lhe diziam que tudo era ilusão eram inimigos da Pátria e dos pobres. Quando a poção mágica se esgotou e o presidente sorveu a última gota, era tarde para buscar socorro.

Há quem tenha dito que o ano de 1987 foi um ano inútil. De fato, pouco acrescentou de esperança, e muito se fez durante ele para desacreditar a República. Dessa perspectiva, é igualmente simbólico que a moratória decretada em fevereiro tenha sido suspensa oficialmente em 30 de dezembro; o comunicado em que se dá conta desse fato apenas encobre o engodo de que a Nação foi vítima: deixamos de receber poupança externa, repatriamos capitais estrangeiros em volume maior do que nos anos anteriores, deixamos de registrar investimentos de capitais nacionais, assistimos à desorganização da economia. Em suma, ficamos mais pobres — como se fora possível a um país de 142 milhões de habitantes, com uma população crescendo mais de 2% ao ano, dar-se ao luxo de recusar poupança externa, afugentar capitais e não realizar investimentos. A "opção pelos pobres" com a qual o chefe de Estado pretendeu aliar-se à Igreja do Brasil acabou revelando-se — melhor dizendo, revelar-se-á em toda a sua crueza neste e nos próximos anos — um embuste e criou as condições para que a pobreza ainda seja maior no Brasil, se se pode conceber tal coisa dantesca.

No plano político, apesar de a Assembléia Nacional Constituinte haver dado, formalmente, a impressão de haver trabalhado a pleno vapor, chegou-se ao ponto morto, ou, para sermos mais precisos, ao beco sem saída. A obstinação do chefe de Estado em conseguir um mandato de cinco anos (quando seria normal defender o que a Constituição em vigor lhe assegura, que são seis) abriu crise política da qual o sr. José Sarney não se dá conta. Dela não se apercebe, repetimos, pois se dela tivesse consciênc-

cia voltaria atrás em sua obstinação (outra característica de que está agindo sob a inspiração dos demônios) para impedir o pior, cujo advento políticos experientes já marcaram no calendário. Não se avançou um passo no plano político e muito menos no institucional. Pelo contrário, retroagiu-se na medida em que a autoridade se desgasou e o Direito foi tripudiado aqui pelos agitadores contumazes, ali pelos omissos, os novos e os de sempre.

A custo, o chefe de Estado conseguiu trazer a nau até onde a lama permitia dizer que o mar dava pé. Agora, em 1988, o presidente deverá iniciar a difícil caminhada pelo lodo, cercado de poucos fiéis, muitos dos quais até duvidam de sua capacidade de resolver a crise que se avizinha. Se o barco tivesse sido bem equipado e se outros estivessem à volta para prestar-lhe socorro, teria sido possível verificar que a queda da pressão fora de tal ordem que a conclusão só podia ser uma: tufo à vista! Apesar de não haver barômetros a bordo, os sinais que se leem no horizonte são mais do que suficientes para marinheiros experimentados — menos para o sr. José Sarney, que continua sonhando com aquilo que teria acontecido de mau para o Brasil se outro tivesse sido seu estilo de governar. Enquanto o chefe de governo acredita no que não fez, a crise político-institucional se manifesta no quadro partidário. Mais grave do que tudo, ela desponta no Poder Judiciário, em cujo seio há magistrados que fazem greve (suspendendo o benefício do *habeas corpus*, que só se cancelara da vida jurídico-política brasileira durante a vigência do AI-5), e existem aqueles que, para negar a concessão do direito, invocam a desordem da ordem jurídica e clamam em favor dos que violam a lei os Direitos do Homem e do Cidadão, entre os quais está o da sedição.

As condições objetivas para o caos — anunciado e temido por senadores da República — estão todas dadas por culpa de um conjunto de fatores, entre os quais ressaltam, com a responsabilidade que lhe deve ser atribuída, a omissão do presidente da República e suas obstinações. Quando o chefe de Estado não tem quem o socorra por excesso de segurança e escassez de atenção de quem lhe deveria dar apoio, a nau do Estado de fato está à deriva. É bom que no momento em que iniciamos o ano de 1988 saibamos dar ao episódio da ilha de Curupu a importância simbólica que possui.